

Continuando a falar o Partido Social Democrático por não ter cumprido os compromissos assumidos com elle vereador Municipal; expondo, a esta altura, diversos ofícios e cópias trocados entre os auxiliares mais diretos do Governador do Estado e o Centro Pro-Melhoramento do Irrival do Cabo, referente aos ellos ao que concernia sobre iluminação Pública do Irrival. Proseguindo impto, digo. Proseguindo interpelado em sua oração, o falar o governador Dr. Miguel Couto Filho e o Prefeito Nicanor Pereira Couto, de não ter feito obra pio Irrival do Cabo, taxando-os suermo de governos que só prometem e não cumpre, motivo pelo qual, apresentava em seu nome e em nome do povo do Irrival do Cabo, a repulsa e a indignação como resposta a todo agito que recebeu, até o presente momento. Finalizando exigiu que, a importância apurada nos terrenos da Fazenda de Sujo, pela Concorrência Pública no valor de Off. 2.111.000,00 (Dois milhõis Cento e onze mil Cruzados), seja empregado exclusivamente toda ela em benefício do Centro Pro-Melhoramento do Irrival do Cabo. Reassumindo a residência, passou-se a "Ordem do dia", que constou do seguinte: primeiro, parecer da Comissão de Constituição e Justiça; Munsafim do reajustamento orçamental, aprovada com de vinte dias com a isenção do voto do vereador Manoel José de Oliveira (primeira discussão); segundo, parecer da Comissão de Constituição e Justiça - Lei de Apolamento, aprovado por unanimidade; (segunda discussão); nesta oportunidade foram apresentados diversos emendamentos à autoria dos vereadores Jardim, Hues Brava e Inácio Libório de Simões, que foram, a esforço pelo Leitor Presidente. O Leitor Presidente votou em favor a Comissão de Finanças os vereadores Mílton Pereira da Souza e Sibá, suado do Valle, para as vagas existentes e conservaram o vereador Newton Noleli no Conselho de Constituição e Justiça. Tendo nenhuma travado o trânsito, o Leitor Presidente, marcou uma outra sessão para o dia 6 de Corrente, quarta-feira e deu por encerrado os trabalhos, que para constar duraram-se a presente ista que, depois de lida em voz alta, será aprovado e ... votada na forma regimental.

Amílcar A. do Valle, Manoel José de Oliveira

Ata da 15^a Sessão da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 6 (seis) de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete (1957).x

Aos seis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete no Salão nobre da Câmara teve instalada a presente sessão, sob a Presidência do Vereador Amílcar Pereira do Valle, funcionando como Secretário o Vereador Manoel José de Oliveira, este a convite e com a presença dos Leitores Vereadores: Eugênio Pádua dos Santos, Vicente Antônio Carvalho, Newton Noleli, Mílton Pereira da Souza, Alcides Marques de Magalhães, Cício Sales

Francisco Ribeiro de Almeida, Júlio César Soárez e Manuel José dos Guimarães.
Reverendo senhor Delegado e Senhor Presidente outorgaram o título da ata da sessão anterior que fala foi aprovada. Falaram sobre a mesma ata os Senhores vereadores Júlio César Soárez e Francisco Ribeiro de Almeida. O primeiro elogiando a matéria, a qual está em religioso, dizendo que, todas as atas deveria constar o resumo dos trabalhos. O segundo, dizendo que, deveria constar da ata as suas palavras, defendendo o direito dos trabalhadores diaristas da Fazenda ipsaíidade. Também em consideração suas palavras, o Senhor Presidente mandou que constasse na ata da sessão seguinte. Exemplarmente do expediente constam de dois ofícios: o primeiro do Chefe do Executivo e o segundo da Assembleia Legislativa, ambos recebidos pela Secretaria da Casa. Frangurada a palavra fez uso da palavra o Vereador Venâncio Novelli, dizendo do seu contrabamento pela comissão em que foi recebido a correspondência pública de uma área de terrenos no, final do Cobo e porto a Municipalidade, recebido a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de Dona Joane, digo Dona Joaquina de Lourdes. Continuando disse da exiguidade do Vereador Henrique Faustino solicitando que, a referida quantia de R\$ 311.000,00 seja dela revertida totalmente para a Fazenda do Cobo sendo apartado pelos vereadores Mário Pereira de Souza e Victorino Antônio Carvalho. A seguir disse que, o Governo dos Cidadões Eugenio Ribeiro dos Santos, os Convenções da Repartição trabalharam muito em serviço de abastecimento e transporte de meios fios para o final do Cobo. Com a palavra o vereador Victorino Antônio Carvalho, para justificar a ação dos vereadores anteriores passados. Continuando franquea a palavra o vereador Eugenio Ribeiro dos Santos, falando sobre uma área de terreno sediada à Companhia Gigante, dizendo que a Municipalidade havia extinguido o prazo de três anos para cumprimento do contrato, sendo apresentado pelo Vereador Henrique Faustino. Encerrando assim que, a Fazenda Social e Industrial não havia assumido nenhuma responsabilidade com o referido vereador. Nesta ocasião falou ainda o vereador Mário Pereira de Souza devido de sua tristeza pela manutenção a baixa popularidade, para o representante naquela distrito, que acha-se com dificuldade a situação do povo. Unidade e bondade de Trinacriado. Continuando abordou a questão do encerramento do Funcionamento Municipal, sendo apoiado pelo vereador Francisco de Almeida, que reafirmou suas palavras da Sessão anterior, congratulando-se com os trabalhadores diaristas e funcionários de São Vicente e Vila União. Ordem do Dia - da ordem do dia constam de parecer da Comissão de Informações em segunda discussão, tendo pedido visto o vereador Victorino Antônio Carvalho, tendo falado na ocasião vários vereadores, sobre o assunto, valendo a mesma o mesmo processo, o Senhor Presidente botou em votação sendo aprovado por unanimidade; em segundo discussão o parecer da Comissão de Finanças, no processo que concerne

Concerne o encerramento de vencimento ao funcionariado Pùblico, foi pedido voto pelo vereador Victorino Antônio Caricco, o que foi deferido pela Presidência. Nada mais havendo a tratar-se o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão encerrando uma outra para o dia útil do Corrente, sexta feira, que para constar haverá-se ~~em~~^{até} esta hora, depois da vida e aprovada será assinada na forma da lei.

Alfredo Dantê Souza

José G. Valle

2

Ata da 16.^a sessão extraordinária da Câmara Municipal de Caxias do Sul realizada no dia 8 de Janeiro de 1954

Nos atos dias do mês

de Janeiro de mil novecentos e cincuenta e sete na sala da sessão da Câmara Municipal de Caxias do Sul seu lugar o presente sessão sob a Presidência do vereador Alfredo Vante Cassine e com a presença dos vereadores, Manoel José de Camacho, Merten Morello, Victorino Antônio Caricco, Francisco R. de Almeida, Mário P. de Souza, Eugenio F. dos Santos, Aníbal U. do Salle, Alcedino M. Magalhães e Dr. Clício Salles, deixou de comparecer o vereador grande A. Lucca, Flávio Gómez lo qual o senhor Presidente autorizou a leitura da ata de sessões anteriores que fôr feita fôr aprovada e assinada na forma legal. Não havendo Expediente o senhor Presidente Evansquer a palavra que fôr dada inicialmente ao vereador Victorino A. Caricco, que descreveu a cosa e pediu de vista que fizera na reunião de abertura do funcionariado a qual elogiou-a a maneira em que estocava e dirigia; com a palavra o vereador Manoel J. de Camacho, para falar sobre o estado pucano em que se encontrava a Rua Bento José Filho faleu a todos do qual esteve de causamento do Banco Fiumeense das Indústrias, dizendo dos prejuízos a que estavam expostos o Povo que por ali transitava; finalmente, leu os conhecimentos da cosa que o centro local estava completamente abandonado pressentindo de uma urgente ampliação; com a palavra o vereador Merten Morello para falar sobre os asses esfaldados nos matacões públicos, com a palavra o vereador Eugenio Santos dizendo que a culpa cabia ao prefeito, subindo um apelo ao vereador Mário Morello fomos a palavra o vereador Alfredo V. Cassine, após ter fezendo a presidente as suas 2.^a súnticas, finalmente deferiu a Comissão Executiva da Casa, e pedir que fosse retificada a ata da reunião anterior na parte em que diz ter ele acusado o Senhor governador e o senhor Prefeito municipal de governos que prometem e não cumprem. ORDEM-DO-DIA. da ordem do dia constam de um ante projeto do vereador Merten Morello autorizando o senhor Prefeito a cobrar a taxa de Cr\$ 5,80 por requerimento de agravamento que faça da lei gerar o direito; parecer da comissão de C. e justiça em 1.^a discussão, aprovado em uma única discussão